

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ANTONIO DE MATOS
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA SILVA DE MENEZES
AGRAVANTE : OSVALDO DA SILVA TOBIAS
AGRAVANTE : MARIA BRITO ARRUDA
AGRAVANTE : GERALDINA DA SILVA PEREIRA ARANTES
AGRAVANTE : LUZIA CONCEICAO CAMILO
AGRAVANTE : CECILIA MARIA RODRIGUES XIMENES
AGRAVANTE : REGINA COELI MATESCO BARBOSA
AGRAVANTE : DORAMA ARISTIDES DOS SANTOS DE CICO
ADVOGADOS : GUILHERME LIMA BARRETO E OUTRO(S) -
SP215227
RICARDO BIANCHINI MELLO E OUTRO(S) -
SP240212
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADO : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) -
MG111202
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : LEANDRO DA SILVA SOARES E OUTRO(S) -
DF014499

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO/CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e/ou devolução dos autos à origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação após o julgamento de questão cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecorrível. Além disso, nesses casos revela-se a primazia do viés constitucional do tema em debate. Precedentes.
2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

